FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Direito Processual Civil III (4.º Ano TAN) | Exame de Época Especial

5 de setembro de 2025 | Duração: 120 minutos

Regência: Professor Doutor Rui Pinto

Em janeiro de 2025, fartos do centro da cidade, **Andreia** e **Bernardo** decidiram avançar com a construção de uma casa com jardim e piscina, nos arredores de Lisboa. Para o efeito, celebraram um contrato de empreitada com **César**, com reconhecimento de assinaturas. Ciente da vulnerável condição económica do casal, o empreiteiro exigiu que fossem prestadas garantias, pelo que **Dora**, mãe de Bernardo e fotógrafa de renome, permitiu que fosse hipotecado o estúdio de fotografia.

César entregou a obra na data estipulada, juntamente com as respetivas faturas, que totalizavam o valor de EUR 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros). Alegando que existiam defeitos na obra, **Andreia** e **Bernardo** recusaram-se, categoricamente, a pagar. Apercebendo-se deste problema, **Dora** doou o maior dos seus terrenos a **Elvira**, para evitar que viesse a ser penhorado numa potencial ação executiva.

Frustrado com a situação, que se prolongava há vários meses, **César** intenta uma ação executiva contra **Dora** e **Elvira**, indicando à penhora:

- i. O terreno que **Dora** doara a **Elvira** (EUR 100.000,00);
- ii. O vestido de noiva de **Dora**, que esta guardava com estima (EUR 60.000,00);
- iii. O carro de luxo que **Dora** tinha estacionado na garagem de sua casa, pertencente ao seu amigo **Félix** (EUR 90.000,00);
- iv. O estúdio de fotografia de **Dora** (EUR 85.000,00).

Passados apenas 10 dias, **Elvira** apresentou a sua oposição à execução, alegando a sua ilegitimidade passiva para a ação. Afinal, segundo **Elvira**, a ação executiva deveria ter sido intentada apenas contra **Dora**, que deu a ideia de realizar aquela doação para prejudicar **César**.

Por sua vez, passados 26 dias, **Dora** apresentou a sua oposição à execução, alegando:

- i. Falta de título executivo;

- ii. Inexigibilidade da obrigação exequenda;
- iii. Benefício da excussão prévia.

Entretanto, reclamaram créditos:

- i. O **BANCO RIQUEZA, S.A.**, titular de hipoteca sobre o estúdio de Dora;
- ii. O **Estado**, que reclama o imposto não pago sobre os rendimentos de Dora (IRS);¹
- iii. A empresa **EQUIPAMENTOS BETA, LDA.**, que possui um contrato de penhor sobre o equipamento de iluminação de Dora.

1. Aprecie a admissibilidade, fundamento, procedência e efeitos das oposições à execução apresentadas pelas executadas. (6 valores)

- *Caracterização da oposição à execução como um incidente declarativo que, regra geral, não suspende a execução (artigo 733.º, n.º 1 do CPC, a contrario);*
- *Identificação do prazo para oposição à execução, concluindo que a oposição apresentada por Dora estava fora de prazo e seria, portanto, inadmissível (artigo 728.º, n.º 1 do CPC);*
- *A procedência dos embargos determina a extinção da ação executiva (artigo 732.º, n.º 4 do CPC.)*

Total: 1 valor

Fundamentos:

- i. *Ilegitimidade de Elvira:*
 - *Fundamento de oposição à execução ao abrigo do artigo 729.º, al. c), ex vi ao artigo 731.º do CPC;*
 - *Caracterizá-la como terceira adquirente, que poderá ter os seus bens vinculados à garantia das dívidas de Dora, existindo um desdobramento entre a titularidade da obrigação e a responsabilidade patrimonial pela mesma (pelo que poderia vir a estar na ação executiva, ao abrigo dos artigos 818.º, segunda parte, do CC, e 616.º, n.º 1, do CC);*

¹ Constitui um imposto direto.

- *Não obstante, o título executivo, em relação a Elvira, teria de ser a sentença de impugnação pauliana, e não o contrato de empreitada. Dado que não existe qualquer menção a uma sentença de impugnação pauliana, conclui-se que não foi apresentado título executivo contra Elvira;*

Total: 1.50 valores

ii. *Falta de título executivo contra Dora:*

- *Fundamento de oposição à execução ao abrigo do artigo 729.º, al. a), ex vi ao artigo 731.º do CPC;*
- *Insuficiência do reconhecimento de assinaturas, para efeitos do artigo 703.º, n.º 1, al. b) do CPC, pelo que o contrato de empreitada não tinha força executiva;*

Total: 1 valor

iii. *Inexigibilidade da obrigação exequenda:*

- *Fundamento de oposição à execução ao abrigo do artigo 729.º, al. e), ex vi do artigo 731.º do CPC;*
- *Apreciação da invocação da exceção de não cumprimento (artigo 428.º do CC) – em resultado dos alegados vícios nas obras;*
- *Discussão sobre se a exceção de não cumprimento tem consequências ao nível da exigibilidade;*

Total: 1.25 valores

iv. *Benefício da excussão prévia:*

- *Pode invocar o benefício da excussão prévia, nos termos do artigo 745.º, n.º 1 do CPC, no prazo a que se refere o artigo 728.º, n.º 1;*
- *Poderia ter despoletado a intervenção dos devedores principais na ação executiva (artigo 745.º, n.º 2 do CPC) – problematizar se, por não o ter feito, poderá ter renunciado tacitamente ao benefício da excussão.*

Total: 1.25 valores

2. Pronuncie-se sobre a penhora em apreço por referência a cada um dos bens referidos, em concreto sobre a admissibilidade, procedimento e sobre eventuais fundamentos de oposição à execução a serem deduzidos por **Dora e Elvira. (5valores)**

ii. Terreno:

- *Penhora de coisa imóvel realiza-se nos termos do artigo 755.º, n.º 1, do CPC;*
- *O terreno poderia ser penhorado, visto que a ação executiva foi interposta, também, contra Elvira (artigos 784.º e 785.º do CPC);*

Total: 1 valor

iii. *Vestido de noiva:*

- *Penhora de bem móvel realiza-se nos termos dos artigos 764.º e ss. do CPC;*
- *Deveria ser discutida a aplicação do artigo 736.º, alínea c) do CPC, dado o valor sentimental associado ao bem.*

Total: 1 valor

iv. *Carro de luxo:*

- *Penhora de bem móvel sujeito a registo (artigo 768.º do CPC), sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 755.º do CPC;*
- *A penhor de automóveis pode ser precedida de imobilização deste, designadamente através da imposição de selos ou de imobilizadores (artigo 768.º, n.º 2 do CPC). Após a penhora e a imobilização, deve proceder-se à apreensão do documento de identificação do veículo e à remoção do veículo (artigo 768.º, n.º 3 do CPC);*
- *Em princípio, a circunstância de o carro pertencer a terceiro não é fundamento de oposição à penhora (artigo 784.º, n.º 1 do CPC a contrario). No entanto, equacionando-se a hipótese de ter sido aplicada a presunção prevista no artigo 764.º, n.º 3, do CPC, dever-se-ia concluir que este será o único caso em que o executado pode deduzir oposição à penhora alegando que os bens não lhe pertencem, ilidindo a presunção nos termos do referido artigo.*

Total: 1.50 valores

v. *Estúdio de fotografia:*

- *Penhora de estabelecimento comercial, a realizar por meio de auto, nos termos do artigo 782.º, do CPC;*
- *O estúdio poderia manter-se em funcionamento e Dora poderia ser sua depositária (artigo 782.º, n.º 2 do CPC), a não ser que o exequente se oponha, caso em que se aplicaria o artigo 782.º, n.º 3 do CPC;*
- *Aceita-se, também, a resposta que a classifica, simplesmente, como a penhora de um bem imóvel, caso em que se aplica o artigo 755.º, n.º 1 do CPC;*

- *A penhora sempre se iniciaria por este bem, dado que a ação executiva foi interposta contra Dora, considerando o benefício da excussão real (artigo 752.º, n.º 1 do CPC);*
- *Deveria discutir-se a aplicação do artigo 737.º, n.º 2 do CPC, que pode abranger bens móveis ou imóveis.*

Total: 1.50 valores

3. Imagine que, tendo descoberto que **Andreia** e **Bernardo** haviam ganho um grande prémio no *TotoBola*, logo após a interposição da ação executiva, **César** pretende, agora, chamar o casal à ação. Pode fazê-lo? Fundamente. **(1 valor)**

- *Análise do artigo 54.º, n.ºs 2 e 3 do CPC, com referência às possibilidades do exequente: (i) demandar apenas Andreia e Bernardo; (ii) demandar apenas Dora; (iii) demandar os três conjuntamente, em litisconsórcio voluntário conveniente inicial ou superveniente;*
- *Tomada de posição fundamentada;*
- *Valorização de resposta que confronte diferentes interpretações da norma, designadamente, considerando o elemento literal.*

4. Após várias insistências de **Dora**, junto do agente de execução, frisando que o carro que tinha estacionado na sua garagem não lhe pertencia, mas sim ao amigo **Félix**, que havia arrendado aquele espaço, o agente de execução prossegue com a penhora do carro. Agiu bem o agente de execução? Como pode **Félix** reagir? **(3 valores)**

- *A agente de execução agiu nos termos do artigo 764.º, n.º 3, do CPC, que consagra uma presunção ao abrigo da qual o mesmo deve presumir que os bens que forem encontrados no poder do executado lhe pertencem;*
- *Valorização que discuta a aplicação desta norma em casos em que é manifesto que o bem não pertence ao executado;*
- *A presunção é ilidível, por meio de prova documental;*

Total: 1,50 valores

- *Possibilidades de reação: (i) impugnação da presunção por simples requerimento; (ii) dedução de embargos de terceiros; e (iii) ação de reivindicação;*
- *Embargos de terceiro (342.º ss. CPC) pressupõem: (i) ser terceiro à ação; (ii) ter um direito real de gozo incompatível com a penhora; (iii) ver o seu direito de propriedade atingido pela penhora;*
- *Nestes termos, teriam como fundamento da titularidade do direito de propriedade sobre o carro, incompatível com a penhora;*

Total: 0,75 valores

- *Ação de reivindicação (artigo 1311.º do CC), que constitui uma ação autónoma que não suspende a execução, sem prejuízo da salvaguardada corrente do protesto pela reivindicação (artigo 840.º n.º 1 do CPC);*
- *Seria procedente alegada e provada a ofensa do direito de Félix;*

Total: 0,75 valores

- *Valorização de resposta que problematize a eventual cumulação dos meios elencados: os embargos de terceiro e a ação de reivindicação apenas poderiam ser usados cumulativamente se os embargos fossem e permanecessem fundados na posse, sob pena de ser deduzida exceção de litispendência ou de caso julgado. Não sendo este o caso, Félix teria não poderia recorrer a estes dois meios cumulativamente.*

5. Podem o BANCO RIQUEZA, S.A., o Estado e a EQUIPAMENTOS BETA, LDA. reclamar créditos na execução? Como serão graduados os respetivos créditos? (4 valores)

- *Identificação dos requisitos da reclamação de créditos, nos termos do 788.º, n.ºs 1, 2 e 4 do CPC: (i) ser titular de garantia real sobre os bens penhorados ou de outra causa legítima de preferência (nos termos do artigo 604.º, n.º 2 do CC); (ii) ter um título exequível; e (iii) dedução da reclamação no prazo de 15 dias a contar da citação do reclamante.*

Total: 0,50 valores

BANCO RIQUEZA, S.A.:

- *É credor hipotecário, pelo que pode reclamar nos termos do artigo 788.º, n.º 1 do CPC); - (ii) consideração sobre a existência de um título executivo, com base no disposto no artigo 703.º, n.º 1, al. b);*
- *Tendo a reclamação de créditos por base uma garantia real anterior à penhora, o seu crédito seria graduado com prioridade, nos termos do artigo 822.º, n.º 1 do CC, pelo que a sua pretensão prevalece sobre a pretensão do exequente;*
- *Intervém para uma execução limitada, podendo reclamar o pagamento dos seus créditos apenas pelo produto da venda do estúdio de Dora, sobre o qual incidia a garantia real.*

Total: 1,25 valores

Estado:

- *Tem um privilégio mobiliário geral, nos termos do artigo 736.º, n.º 1 do CC, pelo que pode reclamar créditos na execução.*

Total: 1 valor

EQUAMENTOS BETA, LDA.:

- *É titular de um penhor sobre os equipamentos de iluminação de Dora, pelo que deveria analisar-se se estes equipamentos são ou não objeto de penhora. Neste ponto, uma vez que será penhorado o estúdio de fotografia de Dora, caso se entenda que os equipamentos fazem parte do estabelecimento comercial, seriam objeto de penhora e, como tal, poderia reclamar créditos;*
- *Tendo a reclamação de créditos por base garantia real anterior à penhora, o seu crédito seria graduado com prioridade, nos termos do artigo 822.º, n.º 1 do CC, pelo que a sua pretensão prevalece sobre a pretensão do exequente;*
- *Interviria para uma execução limitada, podendo reclamar o pagamento dos seus créditos apenas pelo produto da venda dos equipamentos;*
- *É aceite resposta fundamentada em sentido contrário, caso o aluno entenda que os equipamentos não integram o estabelecimento comercial. Nesse caso, não poderia reclamar créditos.*

Total: 1,25 valores

Ponderação global: 1 valor